

Projecto de Estatutos do Futebol Clube do Crato

CAPITULO I DA DENOMINAÇÃO, NATUREZA, CONSTITUIÇÃO, SEDE E FINS.

Art.º 1º

DENOMINAÇÃO

O Futebol Clube do Crato (designado abreviadamente por F.C.C.) fundado na freguesia de Crato e Mártires, em 1 de Novembro de 1950 é uma Agremiação Desportiva sem fins lucrativos e como tal, completamente estranha a quaisquer manifestações de carácter racial político ou religioso, tem duração ilimitada e rege-se pelos presentes Estatutos, respectivos regulamento e demais legislação aplicável:

Art.º 2º

ELEMENTOS QUE CONSTITUEM O CLUBE

O Clube é constituído por todos os seus Sócios, sem distinção de idade, sexo, posição social, nacionalidade, categoria ou classe a que pertençam, e pelas agremiações da mesma natureza, estabelecidas em território nacional ou estrangeiro, que solicitem ou aceitem tornar-se suas filiais.

Art.º 3º

SEDE E INSTALAÇÕES

1. A Sede social situa-se no Estádio Municipal do Crato, Município do Crato.
2. As instalações desportivas situam-se na Freguesia de Crato e Mártires, Município do Crato.

Art.º 4º

FINS

Os Fins do Clube são:

1. O desenvolvimento físico dos Sócios pela prática dos exercícios que lhe facultam a ginástica adequada e as modalidades desportivas consideradas de utilidade para este objectivo principal;
2. A realização de jogos entre Sócios e a participação em campeonatos para os quais existam praticantes da modalidade desportiva devidamente preparados, de modo a prestigiarem o Clube e o Desporto Nacional.
3. Quaisquer outros que contribuam, para a consecução dos enumerados ou que, tornando-se convenientes, visem: um melhor aperfeiçoamento moral, cívico e intelectual dos Associados; a aproximação entre estes, com o propósito de provocar ou fortalecer relações de boa amizade solidariedade social; e a exaltação permanente e cada vez maior do ideal que a todos reúne sob o símbolo do Clube.

CAPITULO II DO SIMBOLO, ESTANDARTE, BANDEIRA, EQUIPAMENTOS E OUTROS DISTINTIVOS.

Art.º 5º SIMBOLO

1. O Futebol Clube do Crato adopta para seu símbolo um emblema em forma de escudo aureolado sendo o fundo em vermelho e a Cruz de Malta em Prata/Branco sobreposta e as letras F.C.C. em prateado igual ao da cruz.

Art.º 6º ESTANDARTE

O estandarte representa o símbolo do Clube, recortado e bordado, ou estampado, em tecido de seda.

Art.º 7º BANDEIRA

A bandeira, rectangular, é de tecido de seda, lã ou algodão, em vermelho e branco, levando ao centro, o símbolo do Clube.

Art.º 8º EQUIPAMENTOS

Nos equipamentos, as camisolas terão as cores tradicionais, vermelho e branco, competindo à Direcção, no início de cada época desportiva, a escolha do equipamento ou equipamentos alternativos para uso das diferentes secções.

1. Com as camisolas a que se refere este artigo são usados calções brancos, vermelhos ou pretos, meias de igual cor e calçado adequado;
2. Nos treinos serão utilizados equipamentos próprios à prática da modalidade, alusivos ao Clube e previamente admitidos pela Direcção ou em quem ela delegue;
3. Quando, por imposição regulamentar, qualquer secção não puder usar na competição o equipamento principal, este será substituído pelo equipamento alternativo mais adequado.

Art.º 9º EMBLEMAS E DISTINTIVOS

1. Os emblemas para Sócios e os distintivos para as camisas, blusas, fatos de treino, casacos e camisolas em que não estejam representadas as cores vermelhas e branco, são idênticos ao símbolo do Clube.
2. O emblema para Sócios é de metal amarelo, de prata, ouro ou pedras finas, e esmalte.

3. Os distintivos para as camisolas serão usados preferencialmente do lado esquerdo do peito.

Art.º 10º

PORTA ESTANDARTE

O estandarte será conduzido por um sócio que mereça essa distinção, escolhido de entre os mais antigos, ou por um dos praticantes da secção mais em evidência, consoante se trate de solenidades ou de paradas atléticas.

Art.º 11º

HASTEAR DE BANDEIRAS

1. A bandeira do clube será hasteada, na Sede, aos domingos, dias feriados ou de festividade desportiva, e, no Estádio do Futebol Clube do Crato, sempre que nele se realize festividade ou competição importante.
2. A bandeira do Clube visitante, quando haja reciprocidade de tratamento, ou quando dispositivo regulamentar de organização desportiva em que o Clube se encontre inserido o determine, deverá ser hasteada à direita da bandeira do Clube, em mastro próprio.
3. A bandeira do Clube será içada a meia haste, em dias de luto nacional, por falecimento de dirigente ou atleta em actividade ou por motivo de outro acontecimento que a Direcção entenda merecedor de tal procedimento.
4. A bandeira nacional será hasteada, no mastro central nos dias festivos em que por lei for obrigatório ou permitido.
5. A bandeira da união europeia será hasteada, à esquerda da bandeira nacional, nos dias festivos em que por lei for obrigatório ou permitido.

CAPITULO III

DOS SÓCIOS

SECÇÃO I

DO NÚMERO, ADMISSÃO E CATEGORIAS DOS SÓCIOS

Art.º 12º

LIMITE

O número de Sócios é, em princípio, ilimitado, podendo a Assembleia-geral fixar o seu limite quando o julgar conveniente.

Art.º 13º

ADMISSÃO

Podem adquirir a qualidade de Sócios todos os indivíduos nas condições do art.º 2º e que reúnam os requisitos seguintes:

1. Idoneidade moral indiscutível;

2. Possibilidade de pagamento das quotas ou, quando esta deva ser dispensada, por falta de meios, evidente necessidade de desenvolvimento físico ou vocação especial para uma das modalidades desportivas praticadas no Clube;

3. Podem também ser Sócios os menores directamente propostos por seus pais ou tutores ou que, estando abrangidos pela alínea d) do n.º 1 do art.º 18º, apresentem as suas propostas de admissão com autorização de um daqueles representantes legais;

4. Podem igualmente ser Sócios Beneméritos e Honorários os indivíduos ou entidades que a Direcção entenda propor pelos motivos previstos nestes Estatutos.

Art.º 14º INSCRIÇÃO

A inscrição de Sócios é feita em proposta do modelo adoptado, assinada pelo candidato e por um sócio efectivo no pleno gozo de todos os seus direitos que, na qualidade de proponente, torna-se abonador do requisito a que se refere o n.º 1 do art.º 13º.

1. A proposta será acompanhada de uma fotografia tipo passe, da jóia correspondente e do custo dos exemplares dos presentes Estatutos, Regulamentos internos e do cartão de sócio.

Art.º 15º INDIGNIDADE

Se depois de admitido, se reconhecer que o Sócio é indigno de fazer parte do Clube, a Direcção eliminá-lo-á, bem como ao Sócio proponente, caso se verifique que tenha encoberto os factos em que tal decisão se fundamente.

Art.º 16º CATEGORIAS

Os Sócios são distribuídos pelas seguintes categorias:

- a) Sócios Efectivos
- b) Sócios de Mérito
- c) Sócios Beneméritos
- d) Sócios Honorários
- e) Sócios Fundadores

Art.º 17º SÓCIOS EFECTIVOS

1. Sócios efectivos são os que gozam da plenitude dos direitos estatutários, sem prejuízo das limitações inerentes à classe em que se insiram. Esta categoria divide-se em duas classes:

a) Contribuintes;

b) Não contribuintes.

2. São considerados sócios contribuintes os que pagam normalmente a quota mensal.

3. São considerados sócios não contribuintes aqueles que por disposição dos presentes Estatutos e pela faculdade conferida à Direcção do Clube nos termos do art.º 35º se encontrem isentos do pagamento da quota mensal.

Art.º 18º

SÓCIOS DE MÉRITO

Sócios de Mérito são os que, sendo Sócios efectivos e tendo prestado relevantes serviços ao Clube, tenham merecido essa distinção.

Art.º 19º

SÓCIOS BENEMÉRITOS

Sócios Beneméritos são aqueles que, sendo ou não Sócios, se tornem merecedores do maior reconhecimento por trabalhos ou donativos importantes feitos ao Clube.

Art.º 20º

SÓCIOS HONORÁRIOS

Sócios Honorários são os indivíduos ou entidades que, sendo estranhas ao Clube tenham praticado em benefício da Nação, do Desporto ou do Clube actos notáveis e dignos do maior relevo e gratidão.

Art.º 21º

SÓCIOS FUNDADORES

Sócios Fundadores são os indivíduos que intervieram no acto da fundação do Clube e aqueles que dentro dos dez anos seguintes à aprovação do respectivo alvará obtiveram a sua inscrição como Sócios.

Art.º 22º

COMPETÊNCIA PARA ADMISSÃO DE SÓCIOS

A admissão de Sócios efectivos e correspondentes é da competência da Direcção; a nomeação e admissão dos restantes Sócios compete, exclusivamente, à Assembleia-geral, sob proposta da Direcção ou de qualquer Sócio Efectivo.

SECÇÃO II

DOS DIREITOS E DEVERES DOS SÓCIOS

Art.º 23º

SÓCIOS EFECTIVOS

Os Sócios Efectivos têm direito:

1. A frequentar, mediante a apresentação do cartão de Sócio, todas as dependências da Sede Social — com excepção das reservadas aos Corpos Directivos e aos serviços burocráticos ou técnicos — e as dos campos atléticos, em conformidade com os Regulamentos em vigor e as determinações da Direcção.
2. A usar o Emblema oficial do Clube.
3. A propor a admissão de Sócios.
4. A inscrever-se nas escolas de desenvolvimento físico e de preparação inicial ou especializada das modalidades desportivas praticadas no Clube;
5. A fazer parte das diferentes secções desportivas e a participar nas competições, quando para elas sejam seleccionados.
6. A assistir às reuniões, festas, conferências, palestras e competições desportivas que o Clube realize ou em que intervenha, sujeitando-se às determinações destes Estatutos, da Direcção ou dos organismos superiores;
7. A votar nas Assembleias Gerais desde que sejam maiores de 18 anos e tenham mais de um ano de inscrição como Sócios;
8. A ser votados para qualquer cargo quando reúnam os requisitos referidos no número anterior ou os exigidos, de uma maneira especial, para certos cargos Directivos;
9. A requerer, se nelas tiver direito a voto, as Assembleias-gerais Extraordinárias;
10. A propor Assembleia-geral a nomeação e admissão de Sócios de Mérito Beneméritos e Honorários;
11. A recorrer para a Assembleia-geral nos casos previsto nestes Estatutos;
12. A examinar o relatório da Direcção, livros, contas e outros documentos da gerência finda, dentro dos cinco dias úteis anteriores à realização da Assembleia Geral Ordinária para a respectiva discussão e aprovação, bem como a solicitar cópia do relatório, suportando os custos daí advindos.

Art.º 24º

EXERCÍCIO DE DIREITOS

Os direitos estabelecidos nos artigos anteriores só poderão ser invocados pelos respectivos Sócios que se encontrem na plenitude desses direitos.

Como tal se consideram os Sócios que, no momento em que invoquem o direito, tenham pago a quota do mês anterior, salvo estando isentos desta obrigação, nada devam ao cofre associativo por outro motivo e não estejam a cumprir qualquer penalidade imposta ao abrigo destes Estatutos.

Art.º 25º

DEVERES DOS SÓCIOS

Todos os Sócios estão sujeitos aos deveres seguintes:

1. Honrar o Clube em quaisquer circunstâncias e evitar as ocorrências que o desprestigiem ou ofendam o seu símbolo;
2. Dar o melhor exemplo de disciplina e cortesia associativa; zelar pelo cumprimento das disposições estatutárias e regulamentares; e acatar as decisões e instruções dos Órgãos Sociais;
3. Satisfazer pontualmente as suas quotas, salvo estando isento desta obrigação;
4. Possuir e exhibir o cartão de sócio sempre que lhes seja pedido;
5. Defender e conservar o património do Clube;
6. Tomar parte nas Assembleias-gerais e reuniões para que forem convocados, usando o direito de voto, sem influências externas de qualquer natureza, e propondo as medidas que considerarem vantajosas para a disciplina e o engrandecimento do Clube;
7. Aceitar a eleição ou nomeação para qualquer cargo, salvo por motivos ponderosos, e desempenhá-los com a maior dedicação e assiduidade;
8. Interessar-se pelos problemas associativos prestar-lhes a colaboração material e moral necessária à solução dos mesmos.

Art.º 26º

JÓIA

Os Sócios efectivos pagarão uma jóia de acordo com o fixado em Assembleia-geral no acto da apresentação das respectivas propostas.

§ único — A Direcção poderá dispensar o sócio do pagamento da jóia sempre que o julgue conveniente.

Art.º 27º

QUOTAS

Os Sócios efectivos contribuintes pagarão as quotas mensais que forem fixadas em Assembleia-geral.

Art.º 28º

DISPENSA DO PAGAMENTO DE QUOTAS

1. Os Sócios poderão ser dispensados do pagamento de quotas pela Assembleia-geral.

Art.º 29º

PAGAMENTO DE QUOTAS

1. As quotas consideram-se vencidas no primeiro dia do mês a que digam respeito e deverão ser pagas aos respectivos cobradores, na Tesouraria ou por Transferência bancária, até ao dia 1 do mês seguinte, sob pena do Sócio ser impedido de assistir aos eventos ou competições que se realizem posteriormente àquela data.

2. Quando a proposta de admissão de Sócio seja aprovada depois do dia 15 do mês em que deu entrada na Secretaria, a primeira quota vencer-se-á no mês seguinte, podendo contudo o Sócio antecipar o seu pagamento, se desejar aceder, desde logo, ao gozo dos direitos consignados nestes Estatutos, sem prejuízo da limitação relativa à capacidade electiva.

Art.º 30º

EXCLUSÃO DE SÓCIO

Será automaticamente excluído o Sócio que estiver em dívida de 12 quotas e que depois de avisado, por escrito, não efectue o pagamento dentro dos 15 dias seguintes.

SECÇÃO III DISTINÇÕES

Art.º 31º

DISTINÇÕES

Para os Sócios, indivíduos ou entidades que se distinguirem pelos seus relevantes serviço, actos de benemerência, invulgar dedicação ou excepcional valor desportivo ao serviço do Clube, haverá as seguintes recompensas:

1. Louvor da Direcção;
2. Louvor da Assembleia-geral;
3. Elevação à categoria de Sócio de Mérito ou Benemérito, com direito a Diploma;

SECÇÃO IV DISCIPLINA

Art.º 32º

PENALIDADES

As penalidades aplicáveis aos Sócios pelas faltas que cometerem são:

- a) Repreensão registada;
- b) Suspensão até seis meses;
- c) Expulsão.

Art.º 33º

COMPETÊNCIA DISCIPLINAR

As penalidades constantes das alíneas e a) e b) do artigo anterior são da competência da Direcção e todas as demais da Assembleia-geral.

§ único - Se a Direcção entender que a falta cometida merece uma penalidade que excede a sua competência, assim o proporá em relatório circunstanciado, que deverá ser submetido à deliberação da primeira

Assembleia Geral, ficando o Sócio ou Sócios visados suspensos de todos os seus direitos até ser tomada decisão.

Art.º 34º
FALTA LEVE

A pena de repreensão registada será aplicada uma única vez.

Art.º 35º
SUSPENSÃO

As penas de suspensão serão especialmente aplicadas, tendo em atenção a gravidade da falta, aos Sócios que:

1. Tendo sofrido a pena de repreensão prevista no art.º 34º, reincidam, na mesma falta;
2. De modo não escandaloso, infringam as disposições estatutárias ou regulamentares, ou desobedeçam às decisões dos Corpos Sociais;
3. Cometam, directa ou indirectamente, falta de respeito, considerada leve, para com os Membros dos Corpos Sociais ou pessoas por estes nomeadas para qualquer cargo;
4. Desobedeçam, sem consequências importantes, às ordens, instruções ou convocações das pessoas a quem, pelas suas especiais atribuições, devam obediência;
5. Se neguem, sem motivo justificado, a aceitar a sua Eleição ou nomeação, votadas em Assembleia-geral;
6. Abandonem os cargos para que tenham sido eleitos ou nomeados, sem obterem, previamente, a desobriga do Presidente do Corpo Social competente;
7. Se recusarem a exhibir o seu cartão de Sócio sempre que lhe seja solicitado;
8. Cedam a outrem o seu cartão de Sócio para fins fraudulentos;
9. Destruam ou danifiquem, voluntariamente ou por incúria, quaisquer objectos pertencentes ao Clube; concorram com a sua falta de zelo para a destruição ou deterioração dos mesmos objectos, quer estes estejam ou não confiados à sua guarda ou responsabilidade;
10. Não liquidem, ou se recusem a liquidar voluntariamente, as indemnizações devidas pelos prejuízos causados nos bens pertencentes ao Clube;

§ único - A pena de suspensão superior a 10 dias, além dos efeitos declarados nestes Estatutos, inibe o Sócio que a esteja a cumprir, de frequentar todas ou parte das Instalações do Clube, cumprindo à Direcção fazer respeitar o que neste sentido for determinado.

Art.º 36º
EXPULSÃO

A pena de expulsão será aplicada, especialmente, aos Sócios que:

1. Por qualquer forma, consintam, promovam ou fomentem o desprestígio ou a ruína do Clube;
2. Pelo mau comportamento em sociedade se tornem indignos de pertencer ao Clube;
3. De modo escandaloso, infringam as disposições estatutárias ou regulamentares, ou desobedeçam às decisões da Direcção;
4. Cometam, directa ou indirectamente, falta de respeito, considerada grave, para com os membros dos Corpos Directivos ou as pessoas por eles nomeadas para qualquer cargo;
5. Extraviem quaisquer objectos ou valores pertencentes ao Clube;
6. Tendo sofrido uma ou mais penas de suspensão que totalizem 180 dias, cometam nova falta pela qual se verifique ser inconveniente a sua permanência no Clube.
7. A pena de expulsão implica para o sócio a perda de quaisquer direitos inerentes às distinções que lhe hajam sido conferidas.
8. A pena de expulsão será votada em Assembleia-geral, sendo necessária, para a sua validade, a maioria simples dos votos dos Sócios presentes.

Art.º 37º

AUDIÊNCIA PRÉVIA

Nenhuma pena de suspensão ou expulsão será aplicada sem que o Sócio seja convidado a apresentar as suas alegações escritas no prazo de 10 dias.

§ único - O convite ao Sócio será feito por meio de carta registada com aviso de recepção.

Art.º 38º

RECURSO

Da resolução da Direcção que puna o Sócio com uma pena igual ou superior à suspensão pelo período de 10 dias haverá recurso para uma Assembleia-geral Extraordinária.

1. O recurso não tem efeito suspensivo.
2. O recurso deverá ser entregue pelo recorrente, ao Presidente da Assembleia-geral, dentro do prazo de 10 dias, a contar do dia seguinte àquele em que tomar conhecimento, da pena que lhe foi aplicada.
3. O Presidente da Assembleia-geral enviará à Direcção o recurso e conceder-lhe-á o prazo de 10 dias para apresentar querendo, a sua contra-alegação.

Art.º 39º

READMISSÃO DE SÓCIOS

1. São aplicáveis à readmissão dos sócios as formalidades da primeira inscrição.

2. Podem ser readmitidos os indivíduos que tenham sido excluídos ou tenham desistido de Sócio.

3. Se o número da primeira inscrição ainda se encontrar em aberto e o Sócio quiser manter a sua antiguidade, será obrigado a pagar, no acto da readmissão, uma importância igual ao valor das quotas em falta, e emitidas desde a data da sua desistência ou exclusão.

4. O Sócio que tiver sido punido com pena de suspensão, e quiser manter a sua antiguidade, será obrigado ao normal pagamento das quotas durante o mesmo período dessa sanção, e só depois de cumprida ou perdoada essa pena pelo corpo directivo que a aplicou se considerará readmitido e entrará na plenitude dos seus direitos.

CAPITULO IV DAS RECEITAS

Art.º 40º RECEITAS

Constituem receitas do Clube e que se destinam ao pagamento das despesas necessárias à consecução dos seus fins:

- a) As cotizações obrigatórias e as jóias dos Sócios;
- b) Os rendimentos das Instalações e do, valores mobiliários e imobiliário;
- c) Os rendimentos das competições desportivas;
- d) Os rendimentos próprios da secretaria;
- e) As cotizações extraordinárias;
- f) Os donativos;
- g) Receitas de publicidade;
- h) Outras não previstas nas alíneas anteriores, desde que justificadas.

Art.º 41º RECOLHA DE RECEITAS

A Direcção tem plenos poderes para tomar as medidas convenientes ao enriquecimento ou equilíbrio da Tesouraria, sendo expressamente proibido, a qualquer dos seus membros ou associado, angariar donativos para o Clube sem prévia autorização da Direcção.

CAPITULO V DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

SECÇÃO I DOS ÓRGÃOS SOCIAIS EM GERAL

Art.º 42º ÓRGÃOS SOCIAIS

São órgãos Sociais do Futebol Clube do Crato:

- a) Assembleia-geral;
- b) Direcção;
- c) Conselho Fiscal.

Art.º 43º

DURAÇÃO DOS MANDATOS

1. O Clube realiza os seus fins por intermédio dos seus Órgãos Sociais, eleitos por períodos de três anos.
2. Admitem-se prorrogações de mandato com duração até ao limite de um ano, por proposta da Direcção e deliberação em Assembleia-geral,

Art.º 44º

ASSEMBLÉIA-GERAL

A Assembleia Geral é a reunião dos Sócios efectivos (Fundadores, Contribuintes, de Mérito e Beneméritos) na plenitude dos seus direitos, e nela reside a autoridade suprema do Clube, pelo que as deliberações, tomadas em conformidade com estes Estatutos, os Regulamentos e as disposições legais aplicáveis, obrigam os demais Corpos Directivos e todos os Sócio.

Art.º 45º

DIRECÇÃO

A Direcção administra e representa o Clube em todos os actos e perante quaisquer entidades ou poderes constituídos.

Art.º 46º

CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal colabora com a Assembleia-geral e a Direcção, vela pelo rigoroso cumprimento destes Estatutos e dos Regulamentos e inspeciona todos os actos de natureza económica e financeira da Direcção.

Art.º 47º

DEMISSÃO

Os membros dos Corpos Sociais que se demitam deverão exercer os seus respectivos cargos até ser dada posse aos novos dirigentes que os substituam.

Art.º 48º

REELEIÇÃO

Os membros dos corpos directivos podem ser reeleitos sem limite de mandatos.

SECÇÃO II DA ASSEMBLEIA-GERAL

Art.º 49º

AUTORIDADE SUPREMA

A Assembleia-geral, como autoridade suprema, tem competência ilimitada, adentro das disposições destes Estatutos, dos Regulamentos e das leis em vigor, para apreciar e decidir todos os assuntos de interesse para a vida, disciplina e progresso do Clube.

Art.º 50º

NORMA DE FUNCIONAMENTO

O seu funcionamento será orientado tendo por base a Lei geral e as normas emanadas dos presentes Estatutos.

Art.º 51º

REUNIÕES ORDINÁRIAS

A Assembleia-geral reúne-se ordinariamente:

1. No mês em que termine cada gerência, para:
 - a) Eleger os Corpos Directivos que hão-de administrar o Clube na gerência seguinte;
2. Dentro dos trinta dias seguintes ao termo de cada exercício anual, para:
 - a) Discussão e votação dos respectivos relatórios e contas e parecer do Conselho Fiscal;
 - b) Proclamar Sócios de Mérito, Beneméritos e Honorários;
 - c) Deliberar sobre quaisquer assuntos de interesse para o Clube.

Art.º 52º

REUNIÕES EXTRAORDINÁRIAS

A Assembleia-geral reúne extraordinariamente, em qualquer data:

1. A requerimento da Direcção;
2. A requerimento de um quinto dos Sócios efectivos, na plenitude dos seus direitos, desde que no acto da entrega do requerimento provem ter depositado na Secretaria do Clube a quantia julgada necessária para garantir as despesas inerentes à realização da Assembleia Geral Extraordinária;
3. Para decidir qualquer recurso.

Art.º 53º

MESA DA ASSEMBLEIA-GERAL

A Mesa da Assembleia-geral é composta por um Presidente e dois Secretários.

Art.º 54º

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA-GERAL

Ao Presidente da Assembleia-geral, compete:

1. Convocar as Assembleias-gerais e dirigir os seus trabalhos, de acordo com os Estatutos;
2. Assinar, com os Secretários, as actas das Assembleias-gerais;
3. Dar posse aos Sócios eleitos ou nomeados para quaisquer cargos pela Assembleia-geral, Direcção e Conselho Fiscal, e assinar com eles os respectivos autos de posse.

Art.º 55º

SECRETÁRIOS

Aos Secretários cumpre prover ao expediente da mesa, lavrar e assinar as actas das Assembleias-gerais e executar todos os trabalhos que lhe forem determinados pelo Presidente da Assembleia-geral.

Art.º 56º

SUBSTITUIÇÕES

1. O primeiro Secretário substituirá o Presidente nas suas faltas e impedimentos.
2. Na falta de quaisquer membros da mesa, a Assembleia nomeará de entre os Sócios efectivos presentes os que forem necessários para completar ou constituir a mesa.

Art.º 57º

CONVOCAÇÃO

A convocação para a reunião da Assembleia Geral será feita com a antecedência mínima de 8 dias, por afixação da convocatória na sede do Clube ou ainda através da publicação da mesma convocatória em vários locais públicos da freguesia, devendo o anúncio indicar o dia, hora lugar e a ordem dos trabalhos da reunião.

Art.º 58º

QUÓRUM CONSTITUTIVO

As Assembleias-gerais funcionarão, em primeira convocação com a presença da maioria absoluta dos Sócios efectivos; porém, se há hora marcada para o seu início não houver quórum, funcionará, em segunda convocação, uma hora depois, com qualquer número de Sócios, salvo nos casos especialmente previstos, desde que os anúncios convocatórios claramente o indiquem.

Art.º 59º

PARTICIPAÇÃO

Todos os membros da Assembleia Geral têm o direito de usar da palavra, por ordem das respectivas inscrições, e durante esta podem apresentar moções, avisos prévios, propostas, requerimentos e quaisquer documentos, e o de pedir esclarecimentos à Mesa da Assembleia Geral, à Direcção e ao Conselho Fiscal.

Art.º 60º

DELIBERAÇÕES

As deliberações serão tomadas por maioria simples de votos, salvo nos casos especialmente previstos nestes Estatutos, e nos termos do art.º 175 do Código Civil.

§ único — o Presidente da Assembleia Geral tem voto de qualidade em caso de empate, excepto quando a votação se faça por escrutínio secreto.

Art.º 61º

FORMA DE VOTAÇÃO

As votações são nominais, por meio de braço levantado, por aclamação ou por escrutínio secreto.

§ único — A votação por escrutínio secreto é obrigatória quando a Assembleia Geral tenha de proceder às Eleições, aplicar a pena de expulsão a um sócio, ou julgar qualquer recurso.

SECÇÃO III DA DIRECÇÃO

Art.º 62º

COMPOSIÇÃO

Compõem a Direcção um Presidente, um Vice-Presidente, um Secretário-geral Administrativo, um Director de Departamento de Futebol e um Tesoureiro.

Art.º 63º

REUNIÕES

1. A Direcção reunirá sempre que necessário e quando convocada por iniciativa do Presidente ou a requerimento da maioria dos seus membros.
2. A nível de vice-presidências haverá reuniões com os respectivos Directores e Seccionistas, sempre que os responsáveis o decidam.
3. Os Directores de departamento podem participar nas reuniões de Direcção quando devidamente convocados pelo Presidente da Direcção.

Art.º 64º

PERDA DE MANDATO

Os membros efectivos que faltarem a três reuniões seguidas sem motivos justificados perderão o mandato, depois do Presidente da Assembleia-geral o haver declarado, mediante participação do Presidente da Direcção.

Art.º 65º

DELIBERAÇÕES

1. A Direcção não pode tomar resoluções sem que esteja presente à reunião a maioria qualificada dos seus membros efectivos.
2. As deliberações da Direcção serão tomadas por maioria simples de votos dos membros presentes, cabendo ao Presidente da Direcção voto de qualidade, ou na sua ausência, ao Vice-Presidente.

Art.º 66º

ACTAS

1. As actas das deliberações da Direcção serão aprovadas na reunião seguinte.
2. No fim de cada reunião far-se-á constar da minuta, assinada pelos presentes, o teor das deliberações tomadas e respectivas declarações de voto, que sobre elas recaírem.

Art.º 67º

RESPONSABILIDADE

1. A Direcção é responsável solidariamente, pelos seus actos e pelos haveres do Clube, só se eximindo desta responsabilidade aqueles membros que não tomaram parte nos actos ou resoluções ou votaram contra os mesmos, o que deve constar na acta.
2. A aprovação pela Assembleia Geral do Relatório e Contas liberta os membros da Direcção da sua responsabilidade para com o Futebol Clube do Crato, salvo quando se prove ter havido falsas indicações.

Art.º 68º

COMPETÊNCIA DA DIRECÇÃO

É competência da Direcção:

1. Cumprir e fazer cumprir os presentes Estatutos, os Regulamentos e as deliberações da Assembleia-geral;
2. Elaborar os Regulamentos que forem necessários;
3. Admitir, suspender e despedir o pessoal do Clube, distribuir-lhe os serviços e arbitrar-lhe os ordenados e cauções;
4. Aprovar ou rejeitar as propostas para admissão de Sócios, certificando-se previamente, das suas qualidades morais, posição social e possibilidade de satisfação dos encargos obrigatórios;
5. Eliminar os Sócios nos termos destes Estatutos;

6. Aplicar aos Sócios as penalidades da sua competência e propor à Assembleia-geral a aplicação daquelas que excederem a sua alçada;
7. Propor à Assembleia-geral a nomeação dos Sócios de Mérito, Beneméritos e Honorários;
8. Conceder a isenção temporária de pagamento de quotas aos Sócios nas condições previstas nestes Estatutos;
9. Nomear e exonerar o Director-Geral, assim como os Directores de Departamento, fixar-lhes os poderes e sancionar os elementos por eles propostos, quanto aos eventuais Seccionistas que reputem de necessários ao cumprimento da sua missão;
10. Intervir em todos os actos de interesse para o Clube e assinar os contratos e documentos necessários, submetendo à Assembleia-geral aqueles que legalmente necessitem da sua prévia autorização;
11. Representar o Clube, ou nomear quem o represente, quando seja permitido e aconselhável, nas relações sociais e nos cargos associativos e federativos que lhe forem atribuídos;
12. Cobrar e aplicar os rendimentos do Clube da maneira mais eficaz;
13. Promover competições entre Sócios ou com outros Clubes e fiscalizar a sua organização;
14. Promover conferências e palestras que visem um melhor aperfeiçoamento moral, cívico e intelectual dos Associados, e realizar eventos que concorram para o fortalecimento das relações de boa amizade e solidariedade entre eles, determinando as condições de assistência aos mesmos;
15. Fornecer ao Conselho Fiscal, sempre que este o solicite, os livros de escrituração e os documentos de receitas e despesa, bem como os saldos de “Caixa”, para verificação e conferência;
16. Pedir a convocação das Assembleias-gerais Extraordinárias sempre que o considere conveniente;
17. Nomear as comissões que julgue necessárias para a execução de tarefas ou actividades de cariz extraordinário;
18. Autorizar a utilização, das instalações do Clube por outras entidades, quando dessa concessão não resulte prejuízo grave para os Associados;
19. Permitir a participação dos praticantes ou dos grupos representativos do Clube em quaisquer competições desportivas ou acções de benemerência, sem prejuízo, dos interesses do Clube;
20. Preparar o relatório da sua gerência que, conjuntamente com as respectivas contas, deverá franquear ao exame de todos os Sócios durante os cinco dias úteis que antecederem a reunião da Assembleia-geral Ordinária;
21. Deliberar em todos os casos omissos nestes Estatutos ou nos Regulamentos, dando conta, na primeira Assembleia-geral, do uso que tiver feito desta prerrogativa.

COMPETÊNCIA DO PRESIDENTE

Compete ao Presidente da Direcção:

1. Representar o Clube;
2. Orientar toda a acção directiva;
3. Dirigir os trabalhos das reuniões;
4. Distribuir pelos Vice-Presidentes e Tesoureiro, a gestão dos vários departamentos do Clube.
5. Assinar as ordens de pagamento e cheques com outro elemento que integre a Direcção;
6. Assinar as actas das reuniões, os cartões dos Sócios e quaisquer outros que autorizem o ingresso nas instalações do Clube;
7. Representar o Clube nos contratos que hajam de ser outorgados e perante quaisquer tribunais ou entidades oficiais, ou, nos mesmos casos, delegar essa representação no Vice-Presidente;
8. Zelar pela disciplina geral e pelo rigoroso cumprimento das resoluções da Direcção, da Assembleia-geral e das disposições estatutárias e regulamentares.

Art.º 70º

COMPETÊNCIA DOS VICE-PRESIDENTES

Aos Vice-Presidentes compete gerir as áreas de intervenção que pelo Presidente lhe forem atribuídas.

Art.º 71º

FORMA DE OBRIGAR

Para obrigar o Clube, em todos os actos e contratos, é suficiente a intervenção do Presidente da Direcção, com a excepção dos actos mencionados no nº 5 do art.º 69º, em que é necessária a intervenção de dois membros da Direcção sendo sempre um o Presidente.

SECÇÃO IV

DO CONSELHO FISCAL

Art.º 72º

CONSTITUIÇÃO

O Conselho Fiscal é constituído por cinco membros: um Presidente, um Vice-Presidente, um Secretário e dois Relatores.

1. O Presidente será substituído, nas suas faltas ou impedimentos, pelo Vice-Presidente;
2. Nas faltas ou impedimentos temporários do Presidente e Vice-Presidente, estes serão substituídos pelo Secretário e Relatores de acordo com a ordem na lista.

3. Pelo menos dois membros deste Órgão deverão possuir habilitações adequadas.

Art.º 73º

SOLIDARIEDADE

O Conselho Fiscal é solidariamente responsável com a Direcção pelas transgressões e irregularidades que esta cometa desde que, por omissão ou mau uso dos seus poderes, deixe de verificar e participar os factos à Assembleia-geral.

Art.º 74º

ATRIBUIÇÕES DO CONSELHO FISCAL

São atribuições do Conselho Fiscal:

1. Auxiliar a Direcção com os pareceres que esta lhe peça sobre assuntos de carácter económico ou financeiro;
2. Fiscalizar o cumprimento, por parte da Direcção, das disposições estatutárias e regulamentares de âmbito económico e financeiro;
3. Dar parecer sobre os relatórios, as contas de gerência e os orçamentos que devem ser presentes à Assembleia-geral ordinária;
4. Requerer a reunião da Assembleia-geral Extraordinária sempre que o julgue necessário.

Art.º 75º

PRESENÇA EM REUNIÕES DA DIRECÇÃO

Os membros do Conselho Fiscal podem assistir às reuniões da Direcção sempre que por esta lhe seja solicitada a sua presença.

Art.º 76º

REUNIÕES E DOCUMENTAÇÃO

O Conselho Fiscal tem uma reunião ordinária trimestral, e extraordinárias as que considerar necessárias.

1. As actas serão lavradas em livro próprio e assinadas pelos membros presentes;
2. Os termos de abertura e enceramento, assim como as folhas do livro de actas, depois de numeradas, serão assinadas e rubricadas pelo Presidente do Conselho Fiscal que, no momento, se encontrar em exercício.

Art.º 77º

DELIBERAÇÕES

Os pareceres e resoluções do conselho Fiscal serão emitidos e tomadas por unanimidade ou maioria simples de votos, cabendo voto de qualidade ao Presidente, ou, na sua impossibilidade, a quem o substitua.

Art.º 78º
PERDA DE MANDATO

Os membros do Conselho Fiscal que faltarem a três reuniões seguidas sem motivo justificado perderão o mandato, depois do Presidente da Assembleia-geral o haver declarado, mediante participação do Presidente do Conselho Fiscal.

Art.º 79º
VAGAS

O Conselho Fiscal não poderá funcionar com menos de três membros.

1. Nas vagas dos cargos do conselho Fiscal compete ao Presidente deste órgão indicar ao Presidente da Assembleia-geral, os Sócios para preenchimento das mesmas, que terão de ser votados em Assembleia-geral.
2. No caso de vacatura do cargo de Presidente, o Conselho Fiscal é dissolvido, procedendo-se a novas eleições de acordo com o processo consignado nos presentes Estatutos.

SECÇÃO V
ELEIÇÕES

Art.º 80º
CORPOS GERENTES

A Eleição dos Corpos Gerentes é feita em escrutínio secreto, pela maioria de votos dos Sócios presentes à Assembleia-geral Eleitoral de acordo com os presentes Estatutos.

Art.º 81º
BOLETIM DE VOTO

As listas candidatas são impressas em boletim de voto, papel branco, de iguais características, com as dimensões de 20 por 15 cm, contendo os nomes dos propostos e respectivos cargos, sendo a sua confecção custeada pelo Clube que as distribui na mesma data.

Art.º 82º
PROCESSO ELEITORAL

1. Os boletins de voto serão entregues no próprio recinto da votação a cada sócio que pretenda exercer esse direito, mediante identificação através do seu cartão de associado.
2. Havendo mais que uma lista candidata, a contagem de votos faz-se pelo número de boletins de voto, de cada lista, entrados nas urnas.
3. Considera-se eleita aquela que for mais votada; e, no caso de empate, a que apresentar como candidato a Presidente da Direcção o sócio mais antigo.

4. São nulos boletins de voto que tiverem riscados todos os nomes, ou contenham escritas quaisquer observações.

Art.º 83º

PROPOSTAS

As propostas para a constituição das listas dos Corpos Gerentes, designando apenas os candidatos às três presidências devem dar entrada na secretaria do Clube até á hora para o acto eleitoral.

1. Estas propostas podem ser apresentadas por comissões de 50 Sócios efectivos, no pleno gozo dos seus direitos.

Art.º 84º

ACTO ELEITORAL

Aberta a sessão eleitoral, o Presidente da Assembleia-geral anuncia que vai proceder ao sufrágio, convidando a tomar lugar na mesa dois Sócios para escrutinadores.

Art.º 85º

VOTAÇÃO

Cada Sócio, que se identifica através do seu cartão de associado, deve entregar o boletim de voto ao Presidente da Mesa, que o introduz na urna, depois de verificada a identidade do Sócio e a sua qualidade de eleitor.

1. Havendo mais que uma lista, pode cada uma ter o seu delegado nas respectivas mesas, indicando-o até à véspera do acto eleitoral.

2. Os votos por procuração ou por correspondência estão sujeitos às normas da Lei.

Art.º 86º

CONTAGEM DE VOTOS

Encerrada a votação deve proceder-se à contagem dos boletins de voto e subsequente conferência, e ao escrutínio.

Art.º 87º

PUBLICIDADE DOS RESULTADOS

Terminado o apuramento, são proclamados os eleitos e afixado no recinto eleitoral, na Sede do Clube e publicitado no site do Clube na Internet, o resultado da Eleição.

Art.º 88º

RECURSOS

1. Pode ser interposto recurso com fundamento em irregularidades do acto eleitoral, o qual terá de ser apresentado ao Presidente da Assembleia-geral no prazo de três dias após o encerramento da respectiva Assembleia.

2. A decisão do Presidente da Assembleia Geral será comunicada ao(s) recorrente(s) por escrito, afixada na sede e publicada no site do Clube na Internet.

3. Da decisão do Presidente da Assembleia-geral cabe recurso, em última instância, para o Tribunal Administrativo.

Art.º 89º

ACTO DE POSSE

O acto de posse dos elementos eleitos e dos demais escolhidos para o desempenho dos vários cargos far-se-á nos trinta dias após a proclamação definitiva dos resultados eleitorais.

CAPITULO VI DA SEDE

Art.º 90º

SEDE

O Clube procurará estabelecer a sua Sede em edifício próprio, digno das suas tradições e dos seus Associados e capaz de permitir a organização de conferências, reuniões e outros eventos que visem promover ou fortalecer relações de boa amizade e solidariedade entre os Associados.

Art.º 91º

SERVÇOS BUROCRÁTICOS E TÉCNICOS

Na Sede serão instalados todos os serviços burocráticos e os técnicos que pela sua especial natureza nela devam funcionar, de maneira a que cada um deles possa cumprir a sua função com a maior independência, comodidade e disciplina.

Art.º 92º

ACTIVIDADES PROIBIDAS

É expressamente proibido introduzir ou organizar na Sede, jogos, reuniões ou divertimentos legalmente ou contrários aos bons costumes.

Art.º 93º

ACTIVIDADE PERMITIDAS

São desde já consideradas actividades permitidas:

1. Todos os jogos permitidos por Lei;
2. Convívios e encontros sociais que engrandçam e dignifiquem a imagem do Clube;
3. As representações teatrais, cinematográficas e outras que tenham objectivo cultural ou desportivo.

CAPITULO VII DAS SECÇÕES DESPORTIVAS

Art.º 94º

MODALIDADES

1. O Clube procurará manter e criar as modalidades desportivas que os Associados, reunidos em Assembleia-geral, entendam convenientes.
2. Cada modalidade praticada no Clube constituirá uma secção independente.
3. As várias modalidades serão acessíveis para os dois sexos, na medida das possibilidades, e sob a orientação de técnicos habilitados para o efeito.
4. A Direcção poderá extinguir ou suspender a actividade de qualquer secção cujo funcionamento se torne inconveniente para os interesses do Clube.

Art.º 95º

INSCRIÇÃO

Nenhum sócio poderá ser inscrito em qualquer secção sem que:

1. Prove possuir o mínimo de condições físicas necessárias para a prática da modalidade, por meio de atestado do seu Médico assistente, que deverá juntar com o pedido;
2. Se comprometa a cumprir integralmente os deveres estabelecidos no regulamento geral da respectiva secção desportiva.

Art.º 96º

GESTÃO DAS SECÇÕES

A gestão de cada secção será confiada pela Direcção, no princípio de cada época, a um Director de Departamento, ao qual ficarão subordinados os respectivos treinador, capitães de equipa e praticantes, nos termos do regulamento geral da respectiva secção desportiva.

CAPITULO VIII DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

Art.º 97º

RENUMERAÇÃO DOS ASSOCIADOS

A numeração dos Sócios será actualizada pela Direcção, de seis em seis anos ou sempre que se considere necessário, sob a fiscalização do Presidente da Assembleia-geral ou de três membros do Conselho Geral, por ele indicados.

Art.º 98º

SUBSTITUIÇÃO DE CARTÕES

Nos anos em que se proceder actualização da numeração, serão substituídos, obrigatoriamente os cartões de Sócios.

Art.º 99º

BILHETES PARA ASSOCIADOS

A Direcção poderá, em cada época desportiva, suspender o livre acesso dos Sócios ao recinto desportivo durante a realização das competições desportivas, impondo aos sócios, o pagamento de um bilhete de acesso.

Art.º 100º

CARTÕES DE IDENTIFICAÇÃO

Os membros dos Corpos Directivos, Directores de Departamento e seus auxiliares, médicos, treinadores, atletas, enfermeiros, massagistas e funcionários do Clube, possuirão cartões de identificação inerentes à função que desempenham.

Art.º 101º

ACTOS PROIBIDOS

São absolutamente proibidas todas as manifestações de carácter racial, político ou religioso dentro das instalações do Clube.

Art.º 102º

ANO SOCIAL

O ano social contar-se-á de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro, correspondendo assim ao ano civil, salvo disposição legal em contrário.

Art.º 103º

DISSOLUÇÃO

A deliberação sobre a dissolução da Clube, por impossibilidade de preenchimento dos seus fins, terá de ser tomada em Assembleia-geral expressamente convocada para esse efeito, requerendo o voto favorável de três quartos do número de todos os Sócios.

Art.º 104º

COMISSÃO LIQUIDATÁRIA

Em caso de dissolução, a Assembleia-geral nomeará uma comissão liquidatária, composta de cinco membros, e estabelecerá as normas que a deverão reger, sem prejuízo do disposto no nº1 e 2 do art.º 184 do Código Civil.

Art.º 105º

DESTINO DOS TROFÉUS

Ao saldo, se o houver, bem como às medalhas, diplomas, taças e outros troféus que existam no momento da dissolução, a Assembleia-Geral determinará o destino que a comissão lhes deva dar nos casos em que a lei o não regule.

Art.º 106º

ALTERAÇÕES ESTATUTÁRIAS

Nenhuma alteração dos presentes Estatutos poderá ser feita sem o voto favorável de três quartos dos Sócios presentes numa Assembleia-geral expressamente convocada para esse efeito.

Art.º 107º

REVOGAÇÃO

Estes Estatutos constituem a lei fundamental do Clube e revogam quaisquer outros.

CAPITULO IX

DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art.º 108º

EFFECTIVAÇÃO

A Direcção fica autorizada a promover tudo quanto necessário seja para a efectivação das disposições dos presentes Estatutos dentro dos trinta dias posteriores à sua aprovação oficial.

Art.º 109º

ENTRADA EM VIGOR

Os presentes Estatutos entram em vigor de acordo com as normas legais vigentes.

Crato, 26 de Maio de 2009
A MESA DA ASSEMBLEIA-GERAL